

Campo Limpo, que atinge mais de 700 mil pessoas, que é o fechamento do pronto-socorro do Hospital Municipal do Campo Limpo.

Mais um pronto-socorro que é fechado sem dar nenhuma explicação para a população, que precisa tanto daquele pronto-socorro. Eu queria que rodasse a matéria, da Globo.

\*\*\*
- É exibido o vídeo.

É isso. É uma atitude do prefeito de São Paulo. O Governo do Estado já tinha fechado o pronto-socorro do Grajaú; tinha fechado o pronto-socorro do Hospital Pedreira, deputada Janaina; tinha fechado o HGIS de Itapeccrica da Serra, que atende cinco municípios daquela região; e agora fecha o pronto-socorro do Hospital Municipal do Campo Limpo.

É um absurdo! Eles falam com tanta facilidade: “Não, a população vai ser atendida pela UPA.” Só que a UPA já está superlotada, então, vai superlotar os outros prontos-socorros, os pequenos, as UBS da região. E o problema é a forma como fecham o pronto-socorro de um hospital tão grande, de uma população enorme - são mais de 700 mil pessoas daquela região - sem falar para ninguém.

Esse rapaz Dimas, ele é do conselho gestor, deputado Giannazi, você o conhece da Saúde. E foram eleitos há poucos dias; teve uma eleição lá e eles são representantes da população. Mas, nem sequer chamaram os conselheiros gestores para comunicar; simplesmente fecham e a população fica sabendo quando chega lá para procurar o pronto-socorro e não é atendido.

E eles falam como desculpa: “Se vai dentro de uma ambulância, num carro, é atendido.” Mas, e as pessoas que vão procurar no dia a dia? Lá tem fila, o pronto-socorro já é superlotado, a UPA é superlotada, os postos de saúde da região já são superlotados, tem uma deficiência enorme. E eles fecham um dos maiores hospitais da nossa região, você sabe muito bem disso, que foi uma luta muito grande para construir aquele hospital na década de 80, 90.

Enfim, a população sofre, mais uma vez, por negligência do Estado, e agora da prefeitura de São Paulo. É uma região que sofre muito. A gente está sabendo que o governo federal cortou a verba para farmácia popular. Hoje se você passar num pronto-socorro ou na UPA de qualquer lugar, deputada, você não tem remédio de uso contínuo, está faltando dipirona.

Essa é a situação que a população está vivendo na área da Saúde nos dias de hoje. E a gente tem essa surpresa de mais um pronto-socorro fechado.

Tem que fazer a reforma? Tem. Avisa a população, abre uma forma de atender a população em outro local, amplia o atendimento. Mas não simplesmente feche, não conte para ninguém e a população da região tem a surpresa no momento em que chega lá para ser atendido. Infelizmente aconteceu isso mais uma vez no pronto-socorro do Hospital do Campo Limpo.

Já sabemos que foi uma política do governo do Estado, fecharam nove prontos-socorros. Além dele, o do Grajaú, que eu já falei aqui, o do Pedreira, de Cotia, de Franco da Rocha, o HGIS de Itapeccrica da Serra, na zona leste também, se não me engano o Santa Marcelina. E agora o município de São Paulo fecha o pronto-socorro do Hospital do Campo Limpo, trazendo muitos problemas.

Espero que o governo do estado de São Paulo, juntamente com a Prefeitura, com o prefeito de São Paulo, reveja ou dê uma solução, uma alternativa, para aquela população, que tanto usa o pronto-socorro do Hospital do Campo Limpo.

Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

\*\*\*
- Assume a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Faço minhas as suas palavras, deputado. Não tem cabimento. E depois do fechamento, além da falta de atendimento para a população, a qualidade do atendimento que permaneceu caiu porque eu venho recebendo muitas queixas, por exemplo, sobre o atendimento no Hospital Pedreira.

Então é necessário rever essa política sim de fechar os prontos-socorros, porque a população era bem atendida - era atendida, esse que é o ponto, né? Era atendida e agora às vezes com situações até de urgência e emergência, como uma senhora que ligou no gabinete com um sangramento, é encaminhada para a UPA, onde não tem estrutura para esse tipo de caso.

Então essa é uma causa suprapartidária, uma causa de humanidade. Cumprimento Vossa Excelência. Sigo aqui com a lista dos oradores inscritos chamando à tribuna o nobre deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANAZZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, teles-

pectador da TV Assembleia, hoje eu quero novamente ceder o meu espaço aqui na tribuna da Assembleia Legislativa, do Pequeno Expediente, para dar voz às aposentadas e pensionistas que estão sendo confiscadas pelo governo estadual, pelo governo Rodrigo Garcia, pelo Decreto nº 65.021.

Elas estão mobilizadas em todo o estado de São Paulo contra esse confisco aqui na Assembleia Legislativa pela imediata aprovação do nosso PDL 22, o projeto de decreto legislativo que já está pronto para ser votado, inclusive em Regime de Urgência. Mas, com a palavra, as nossas aposentadas e pensionistas.

\*\*\*
- É exibido o vídeo.

Eu quero agradecer às três aposentadas, essas da área da Educação, Lúcia, Yeda e a Teresa, que estão sendo confiscadas. Estão fazendo um apelo à Assembleia Legislativa, ao presidente da Assembleia Legislativa e ao governador Rodrigo/Doria, para que seja revogado o Decreto nº 65.021. Ou através de um outro decreto, revogando o decreto do confisco, ou através do PDL 22, que está pronto para ser votado aqui na Assembleia Legislativa.

A nossa luta continua contra o confisco. Nós vamos dar, todos os dias, a voz às aposentadas, que estão clamando, que estão rogando à Assembleia Legislativa para que coloque um fim ao confisco das aposentadorias e pensões.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Vossa Excelência vai querer fazer uso da palavra novamente? Então tem mais cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, Sra. Presidente. Eu tenho que, mais uma vez, fazer uma exigência e, ao mesmo tempo, um apelo ao governo estadual.

Me refiro em relação aos professores contratados pela Lei nº 1.093, os conhecidos professores categoria “O”, sobretudo dos contratos de 2018 e 2019 que, segundo a portaria editada recentemente, a Portaria nº 11, de 2022, serão prejudicados no processo de atribuição de aulas. E não terão os seus contratos renovados.

Eles representam 40 mil professores nessa situação, que já é grave. Na verdade, nós temos, na rede estadual de ensino, 90 mil professores precarizados, 90 mil professores contratados pela Lei nº 1.093. Ou seja, 90 mil professores categoria “O”. Isso é um absurdo total.

Isso representa a falência das políticas educacionais do PSDB no estado de São Paulo. Essa quantidade de professores é superior à rede municipal de São Paulo. É uma rede dentro de uma outra rede.

Uma rede precarizada, que mostra que o governo não realizou concursos públicos para contratar professores. Por isso que há esse processo de precarização. É uma política deliberada do PSDB. Agora, mais uma vez, todos os anos, acontece a mesma coisa com os professores categoria “O”.

O vencimento dos contratos gera o medo, terror, o pânico entre os professores categoria “O”. Porque eles vão perder os contratos, vão ficar desempregados e os alunos, sem as aulas.

Só que agora a situação é tão grave que são 40 mil professores que ficarão sem as suas aulas. Nós podemos iniciar o ano de 2023 sem 40 mil professores na rede estadual, colocando a rede estadual em um verdadeiro colapso, prejudicando os professores e os alunos. Isso tem que ser resolvido imediatamente.

Eu tenho o Projeto de lei Complementar nº 24, de 2015, que também já foi aprovado em todas as comissões, já tem a aprovação do requerimento de urgência. Ele está pronto para ser votado a qualquer momento, como o PDL 22, a mesma coisa.

Está pronto para ser pautado. Ele não precisa mais de congresso de comissões, não precisa de mais nada, é só o presidente pautar. E ele resolve essa situação, ele acaba com as interrupções dos contratos.

No entanto, o governo tem essa opção, o projeto está aqui desde 2015, mas o governo pode apresentar outro, prorrogando esses contratos, porque isso já aconteceu nos anos anteriores.

O governo, na última hora, no final do ano, encaminha o projeto de lei, a Assembleia aprova em caráter de extrema urgência, e os contratos são prorrogados. Acontece que o governo não fez isso ainda. Ele editou uma portaria e também um edital simplificado para a inscrição desses professores do contrato de 2018 e 2019.

Então nós exigimos que o governo resolva essa situação, prorrogando os contratos de 2018 e 2019. Ele tem várias maneiras de fazer isso: tem o meu projeto, o PLC 26; tem também o próprio Decreto 64.917, de 2020, que suspende todos os prazos aqui de São Paulo por conta da pandemia.

Já foi usado esse decreto para prorrogar os contratos de 2018. O decreto por conta da pandemia está ainda em vigor, ele vale. Então o governo pode utilizar se quiser. Tendo interesse em resolver a situação, ele pode utilizar o decreto e ainda

prorrogar os contratos dos professores categoria “O” de 2018 e 2019.

Então nós exigimos que o governador Rodrigo Garcia faça a prorrogação imediata dos contratos dos professores categoria “O” de 2018 e 2019 e que a atribuição de aulas para o período de 2023 seja feita de uma forma justa, transparente, democrática e sobretudo presencial, para que haja uma fiscalização, um controle dos próprios professores da Apeoesp.

Enfim, é importante que o sindicato acompanhe, mas que haja transparência e, repito, que esse processo seja presencial, que haja também uma lista única de inscrição, levando em conta o tempo dos professores desses contratos.

Tem professor de 2018 que tem 20 anos já na rede estadual. Se ele vai para o famoso “banco de talentos”, que hoje os professores categoria “O” chamam de “banco de lamentos”, ele vai perder todo esse tempo, que não é levado em consideração. É um absurdo total, uma afronta à dignidade e à história do professor da rede estadual.

Então tem que ter uma lista única de inscrição. Enfim, o governo tem várias maneiras de resolver isso, basta ter interesse político, até porque ele criou essa situação.

Eu disse ontem, em uma audiência que nós realizamos aqui, que esse projeto, essa crise que existe sempre na contratação dos professores categoria “O” da Lei 1.093 não é uma crise, é um projeto, citando o nosso querido Darcy Ribeiro, grande sociólogo, antropólogo, grande intelectual da história deste país, quando ele dizia que a crise da Educação no Brasil não era uma crise, era sim um projeto das elites econômicas e políticas para manter o poder de dominação, dominação ideológica, da força de trabalho.

Então era uma crise fabricada, produzida. Então essa crise que existe do professor categoria “O” também é deliberada, é de propósito, é para manter a precarização. O PSDB já vem fazendo isso desde 2009, quando aprovou a lei na gestão Serra, que foi confirmada pela gestão do Alckmin, do Doria e agora do Rodrigo Garcia.

Então nós exigimos pelo menos estes três pontos: prorrogação imediata dos contratos de 2018, isso é fundamental; atribuição presencial, com transparência, com fiscalização do sindicato, da Apeoesp; e lista única de inscrição, para que haja justiça em relação à pontuação de todos os professores, e que se leve em conta também que a prorrogação pode ser feita de várias maneiras.

Uma delas é respeitando o próprio decreto do governo, o 64.917, repito, que está em vigor. Ele não foi ainda revogado, até onde eu saiba. Eu não tenho essa informação, e o governo já utilizou esse decreto para prorrogar os contratos dos professores categoria “O” de 2018, por isso que eles foram prorrogados até agora, dia 31 de dezembro.

Mas, repetindo, essa crise é fabricada pelo PSDB, pelas gestões tucanas, e nada foi feito para mudar. E eu quero terminar a minha intervenção de hoje, deputada presidente Janaina, só mostrando um último vídeo aqui, porque eu fiquei chocado quando eu vi isso.

Eu não acreditei, porque representou um verdadeiro escárnio. Como as pessoas produzem uma crise, para depois vender? É aquele velho ditado, você produz, cria uma dificuldade, para depois vender facilidades. Ou você coloca o bode na sala e depois tira, e fala que você resolveu.

Você cria a crise e depois você resolve a crise, para faturar, de alguma forma, com esse setor, e é exatamente isso que está acontecendo com os professores categoria “O”.

Eu fiquei chocado. Como alguém pode ser tão cruel, tão perverso, tão sádico, de se aproveitar de uma situação dessa, onde o professor categoria “O” está correndo o risco de perder o seu emprego, sua forma de sustentação, a sua profissão?

Um momento difícil, os professores estão em pânico, e com razão, porque os contratos vencem agora, e nada foi feito até agora, mas isso foi uma fabricação, uma produção deliberada dessa gestão do PSDB.

Inclusive, com o aval da Assembleia Legislativa, que aprovou a Lei nº 1.093, em 2009, lei que eu votei contra, e já fiz de tudo para modificá-la. Inclusive, tem o meu PLC nº 24 aqui, que resolve essa situação.

Mas eu fiquei chocado em como tem gente se aproveitando dos professores categoria “O”, em uma situação tão difícil, que ele poderia ter mudado e não mudou, e agora tenta faturar, porque tem uma candidatura aí a deputado federal. Até ontem ele foi secretário de Educação, e nada fez para ajudar os professores categoria “O”. Agora, vejam só esse vídeo e façam o julgamento de vocês.

\*\*\*
- É exibido o vídeo.

É um escárnio total esse secretário. Até ontem ele era o secretário da Educação, e agora está dizendo que vai resolver como candidato. Ou seja, ele criou a dificuldade, nada fez,

porque não apresentou a proposta antes, enquanto ele era o secretário estadual de Educação.

E, para piorar a situação, ele joga ainda o deputado Carlão Pignatari na fogueira, dizendo que o deputado nunca faltou a ele quando ele precisou aqui para aprovar, eu acho, projetos, mas nunca faltou mesmo.

Aí, eu sou testemunha, porque, por exemplo, a lei que reformulou a carreira do Magistério, a Lei nº 1.372, na verdade o PLC nº 03, que foi aprovado aqui na Assembleia Legislativa, foi o PLC da destruição da carreira.

Então, realmente, a Assembleia Legislativa, a base do Governo nunca faltou com ele para destruir a carreira. Se hoje o professor teve a redução da sua gratificação de PEI, se ele teve agora, recentemente, a redução da sua gratificação do trabalho noturno pela metade, se ele perdeu, agora, a falta-aula... Professor agora que tem 5 aulas e falta na última perde o dia todo. Agora, é só falta-dia, não tem mais falta-aula; se o professor chega 15 minutos atrasado, ele perde o dia todo. É um absurdo isso e tantas outras maldades feitas por esse PLC 03, que virou a Lei nº 1.374.

Então, foi realmente a base do Governo aqui, através do... O presidente pautou todos os projetos do Rosselli e do Governo, que acabaram com o funcionalismo público.

A falta abonada, que foi perdida, tem candidato do PSDB dizendo que vai trazer a falta abonada de volta, a falta-aula, mas eles destruíram. Então, isso é de um escárnio total.

Também, eu acho que essas pessoas pensam que o Magistério e que os servidores não têm o mínimo de senso crítico, que eles não acompanharam essas votações. Elas estão subestimando a inteligência e o nível de informação dos nossos servidores.

Mas fica aqui o nosso repúdio a esse tipo de comportamento de tentar se aproveitar de uma situação onde as pessoas, onde 40 mil professores categoria “O”, precarizados no seu contrato, podem perder os seus respectivos empregos, por conta desse projeto deliberado de precarização.

Então, tem que abrir concurso público já, não para 2024. Saiu um despacho agora, no “Diário Oficial”, da Secretaria da Educação, autorizando a abertura de um edital, mas esse concurso é só para 2024. Tem que ter concurso já para resolver essa situação, mas, agora, nós lutamos pela prorrogação dos contratos de 2018 e 2019.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Uma excelente tarde a todos.

Está levantada a presente sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 37 minutos.

\*\*\*

## 26 DE SETEMBRO DE 2022 104ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e JANAINA PASCHOAL

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Endossa o pronunciamento da deputada Janaina Paschoal.
4 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência.
5 - CORONEL TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - CORONEL TELHADA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
7 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 27/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
\*\*\*
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.
\*\*\*
- Passa-se ao

## Sumário

Este caderno, com 57 páginas, contém as publicações da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.

<b>PAUTA</b> .....	<b>1</b>	<b>TRIBUNAL DE CONTAS</b> .....	<b>13</b>
29 DE SETEMBRO DE 2022 107ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	1	COMUNICADOS.....	14
<b>ORADORES INSCRITOS</b> .....	<b>1</b>	DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS .....	17
<b>EXPEDIENTE</b> .....	<b>1</b>	DESPACHOS .....	18
28 DE SETEMBRO DE 2022 106ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	1	ACÓRDÃOS .....	23
OFÍCIOS .....	1	PARECERES .....	27
REQUERIMENTOS .....	1	SENTENÇAS .....	28
<b>DEBATES</b> .....	<b>1</b>	COMUNICADOS DE CARTÓRIOS.....	28
23 DE SETEMBRO DE 2022 103ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	1	ORDEM DO DIA DAS CÂMARAS E DO TRIBUNAL PLENO.....	30
26 DE SETEMBRO DE 2022 104ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	2	ATAS DAS CÂMARAS E DO TRIBUNAL PLENO .....	40
27 DE SETEMBRO DE 2022 105ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	3	EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO .....	56
28 DE SETEMBRO DE 2022 106ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	4	DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO.....	57
<b>ATOS ADMINISTRATIVOS</b> .....	<b>4</b>	UNIDADES REGIONAIS.....	57
		<b>ATOS ADMINISTRATIVOS</b> .....	<b>57</b>



**Diretor-Presidente** Carlos André de Maria de Arruda

**Diretora Administrativo-Financeira** Izabel Camargo Lopes Monteiro

**Diretor de Desenvolvimento de Sistemas** Marcos Tadeu Yazaki

**Diretor de Operações** Carlos André de Maria de Arruda (respondendo cumulativamente)

**Diretor de Serviços ao Cidadão** Murilo Mohring Macedo

## Diário Oficial

Estado de São Paulo

**PODER LEGISLATIVO**

Matriz

**Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp**  
CNPJ 62.577.929/0001-35

**Sede e administração**  
Rua Agueda Gonçalves 240 Taboão da Serra SP  
CEP 06760-900  
t 11 2845.6000

**www.prodesp.sp.gov.br**

Filial

**Unidade Mooca**  
CNPJ 62.577.929/0114-12

Rua da Mooca 1921 São Paulo SP  
CEP 03103-902  
t 11 2799.9800

**SAC 0800 01234 01**